



CHAMADA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ  
EXCELENTE

14 FEVEREIRO DE 1966

PROVOCADO N.º 1323

CL. G.F.

~~APROVADO~~  
Sala das Sessões, em 16/2/66  
Presidente

## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

REQUERIMENTO N.º 1 323

Senhor Presidente

CONSIDERANDO que a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo está arregimentando os 100 mil aposentados existentes no Estado a fim de defender a atualização das pensões que percebem;

CONSIDERANDO que a campanha é uma das mais justas e nobres, tendo em vista a injusta situação em se encontram esses milhares de trabalhadores que ajudaram a construir a grandeza deste País, e hoje desfrutando de um direito adquirido após 30 anos de serviços, a aposentadoria, se vêem a margem da realidade econômico-financeira por parte dos poderes e órgãos competentes quanto aos seus vencimentos (salários), bem como alguns direitos a algumas classes consignados e a essa grande classe dos trabalhadores em geral negados.

Ante essa injusta situação,

REQUERIMENTO à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho Dr. Peruchi Barcelos, solicitando-lhe se digne determinar estudar no sentido de atender a justa reivindicação dos aposentados na campanha encetada por seu órgão de representação - Associação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo, dando-se-lhe ciência da deliberação desta Edilidade.

Sala das Sessões, 14/02/1966.

Hermenegildo Martinelli.



18 ABR 1966

PROTÓCOLO N° \_\_\_\_\_

CLASSIF. \_\_\_\_\_

*19/04/66*

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
Departamento Nacional da Previdência Social



nº 301.053/66-DNPS/DOC, 1523

Em 6 de abril de 1966

Do Sr. Diretor da Divisão de Organização e Coordenação

Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí - S.P.

Assunto : Esclarecimentos

Com referência ao ofício nº DRP. 2/66/18,  
de 18/02/66, que V.Exa. dirigiu ao Sr. Ministro do Trabalho e Pre-  
vidência Social, de ordem do sr. Diretor Geral deste Departamento,  
passo às suas mãos, cópia da informação prestada por esta Divisão,  
a respeito do assunto.

Aproveito a oportunidade para apresentar a  
V.Exa. protestos de alta estima e distinta consideração.

Ciente. Com vista ao autor.  
*Waldyr Francisco Leite*  
Presidente  
18/04/1966

*Waldyr Francisco Leite*  
Waldyr Francisco Leite  
Diretor da DOC.

Anexo : 1 cópia.

MGM.

S.C.P.P., em 01/01/66

MPTO - 301.053/66

No presente processo a Câmara Municipal / de Jundiaí, S.P., por seu Presidente Rogério Alfredo Giuntini, dirige-se ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, encaminhando cópia do requerimento nº 1.323, aprovado pelo Legislativo Municipal.

2. O assunto de que é objeto o referido requerimento, prende-se à atualização dos preventos de benefícios dos aposentados e pensionistas do Estado de São Paulo.

3. Fica se expondo, empre-vos informar que não está bem claro o que é pretendido no requerimento em questão.

4. Se se trata de reivindicação pertinente aos inativos da Previdência Social, localizados no Estado de São Paulo, empre-vos esclarecer que os IAPs devem estar dando cumprimento ao que determina o Decreto-Lei nº 7.853 de 6/8/45, o qual estabelece que, sempre que os níveis de salário-mínimo forem majorados, proceder-se-á ao reajusteamento dos preventos de benefícios concedidos pelas instituições previdenciárias, na base de 70% e 35%, conforme o caso (aposentados, auxílio-doença ou pensão).

5. Ainda contam os referidos inativos com o amparo da Lei nº 3.807/60, a qual, em seu artigo 67, dispõe / que " os valores das aposentadorias e pensões em vigor serão / reajustados sempre que se verificar, na forma do § 1º deste / artigo, que os índices dos salários de contribuição dos segurados ativos ultrapassarem, em mais de 15% ( quinze por cento ) os de ano em que tenha sido realizado o último reajuste".

Departamento Nacional da Previdência Social

S.C.P.P., em 04/04/66

NTPS - 301.053/66

continuação :

mento desses benefícios; § 1º - O Ministro do Trabalho e Previdência Social mandará proceder, de dois em dois anos, a apuração dos índices referidos neste artigo e promoverá, quando/for o caso, as medidas necessárias à concessão do reajuste." Este reajuste deverá processar-se em junho do corrente/ano.

6. Portanto, se os interessados estiverem vinculados à Previdência Social, verificarão que a situação dos inativos não foi descurada e que seus benefícios deverão ser reajustados dentro do que a legislação vigente estabeleceu.

7. Todavia, se os referidos aposentados se encontrarem nessa condição em decorrência de medidas legais fóra/da esfera federal, estará completamente prejudicada a pretensão dos mesmos, isto porque, o assunto foge à alçada deste Ministério.

8. São estes os informes que entendemos devem ser levados ao conhecimento do Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí, no Estado de São Paulo, para orientação dos interessados.

A consideração superior,

Florinda Buzzola

Florinda Buzzola

Of. de Adm. n/16.

A disp. do D.N.P.S.

ME/BBM.